
Copyright © 2009 das Organizadoras

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Foto de capa
Jaime Pinsky

Montagem de capa e diagramação

Gustavo S. Vilas Boas

Preparação de textos

Juliana Bernardino

Revisão

Lilian Aquino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Historiador e suas fontes / Carla Bassanezi Pinsky
e Tania Regina de Luca (orgs.). – São Paulo :
Contexto, 2009.

Vários autores.

ISBN 978-85-7244-451-4

1. História - Fontes 2. Historiografia I. Pinsky,
Carla Bassanezi. II. Luca, Tania Regina de.

09-08866

CDD-902

Índice para catálogo sistemático:

1. História : Fontes 902
2. Historiador : Fontes 902

2009

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838

contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

- LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pró-Memória, 1985.
- MARINS, Paulo César Garcez (org.). *Terra Paulista: histórias, arte, costumes*. São Paulo: Cenpec; Imprensa Oficial, 2004, 4 v.
- _____. *Mário de Andrade: cartas de trabalho – correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: MEC-SPHAN; Pró-Memória, 1981.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista, 1880-1940*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2001.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 1998, v. 11, n. 21, pp. 89-104.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Unesp; Fapesp; CONDEPHAAT, Imesp, 2001.
- RUBINO, Silvana. *As fábulas da história: as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1937-1968*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado) – Unicamp.
- TOLEDO, Benedito Lima de; Kossov, Boris; Lemos, Carlos. *Álbum comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887)*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1981.
- WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. *Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.



PEQUENA HISTÓRIA DO DOCUMENTO

Aventuras modernas e desventuras pós-modernas

Elias Thomé Saliba

Só conhecemos o futuro através do passado nele projetado. Nesse sentido, a História é tudo que temos.
(John Lewis Gaddis, *The Landscape of History*)

Entediados, cansados de permanecerem na humilde profissão de copistas dos eventos humanos e agraciados por uma providencial herança, Bouvard e Pécuchet decidem-se a procurar um autêntico sentido para suas vidas e tornam-se, sucessivamente, agricultores, ginastas, pedagogos, jardineiros, anatomistas, veterinários, filósofos, arqueólogos, teólogos, biólogos, químicos, físicos, políticos e historiadores. Nem é preciso dizer que a enorme procura da autenticidade e da verdade por Bouvard e Pécuchet transforma-se numa surpreendente sucessão de equívocos, burlas, incompreensões, bobagens e frustrações.

Já no capítulo no qual decidem experimentar as tarefas do historiador, começam por colecionar toda e qualquer espécie de fontes arqueológicas, entulham sua própria casa de relíquias e objetos antigos, e terminam tropeçando em sarcófagos galo-romanos, cerâmicas antigas, bibelôs medievais e

cubas drúidicas. Saturados das fontes materiais, resolvem, então, amearhar fontes escritas e recorrem às regras para estudar e decifrar os documentos, sugeridas em um curso ministrado na Sorbonne, entre 1819 e 1830, por um notável especialista chamado Danou. Eis algumas dessas regras, recitadas em voz alta pelos dois incríveis personagens: “Tende em conta a esportezza dos falsários, o interesse dos apologistas e a maledicência dos caluniadores.” “Rejeitar as coisas impossíveis. Foi mostrada a Pausânias a pedra engolida por Saturno.” E a última, um conselho cínico, quase imoral: “Citar como prova o testemunho das multidões, más provas; elas não se acham presentes para responder.”¹

Não houve tempo suficiente para que a pena implacável de Gustave Flaubert, que criou os dois personagens no ano de 1881, concluísse a formidável história da cômica dupla; assim, ficamos sem saber o final. Mas, pelo rascunho que restou dos manuscritos, a dupla acaba desistindo de tudo: encomendam a um carpinteiro uma cadeira escolar dupla e se voltam, desencantados, à atividade de copistas, dedicando o resto de suas vidas a registrar, indiferentes, os fatos e as monótonas efemérides da vida humana. Quinze anos depois das estrambólicas aventuras de Bouvard e Pécuchet, dois respeitáveis historiadores franceses, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, escreveram um manual que se tornaria famoso e, durante várias décadas, uma espécie de bíblia dos historiadores: a *Introduction aux études historiques* (*Introdução aos estudos históricos*).²

Entre os dois livros, o romance inconcluso de Flaubert e o famoso manual de Langlois e Seignobos, não havia apenas o espaço de 15 anos, mas um resumo de quase toda a oscilante história das nossas concepções ocidentais a respeito dos documentos e das fontes históricas. Apesar de ser uma ficção incompleta, sujeita, portanto, a uma interminável polémica entre os intérpretes, *Bouvard e Pécuchet* pode ser lida como uma metáfora presciente e antecipadora a respeito de como nossa cultura concebeu esse registro da história e da memória – vulgarmente mais conhecido como *documento* – e das suas formidáveis oscilações, sempre relacionadas ao estatuto da Verdade nas sociedades contemporâneas. Desde a prepotência – misturada com uma certa dose de ingênuo otimismo – dos chamados *positivistas* até o mais entranhado e desencantado niilismo pós-moderno, mudaram, não raro de forma radical, nossas concepções, usos, práticas e preceptivas a respeito dos documentos.

Um único elemento não se alterou e Flaubert – como apontaram vários dos seus leitores mais notáveis³ – chegou mesmo a sugerir isso na sua epopeia da idiotice humana, já que a ação do referido romance não ocorre no tempo, mas numa espécie de eternidade: o desejo de prolongar a vida através da lembrança e, por meio do registro escrito – ou de quaisquer outros suportes – realizar parte do ideal da duração e da permanência. Interrogar a existência passada por meio dos vestígios que ficaram, atenuar a finitude da vida pela busca infinita dos traços deixados após a morte parece coisa tão natural como um reflexo condicionado. Buscar a autenticidade e a verdade da vida pelo registro de sua passagem e de seus fluxos, no sentido de superar o efêmero e o perecível parece coisa tão universalmente difundida entre os mais diversos tempos e sociedades que se afigura até mesmo como trivial nos assuntos humanos. Mas a obsessão pelo registro escrito sempre atendeu a uma compulsão ou necessidade social mais moderna e quase que predominante nas culturas chamadas ocidentais.

Quando não havia a possibilidade de registro escrito, os homens conformavam-se em conservar, ao máximo, as testemunhas vivas da existência. Conta-se que em tribos africanas dos suales, as pessoas mortas que permanecem vivas na memória dos outros são chamadas de “mortos-vivos”, pois eles acreditam que elas só estarão completamente mortas quando a última pessoa que as conheceu morrer. Anciãos sobreviventes carregam o fardo de guardar em si o registro do que passou de mais importante e se tornam historiadores necromantes do passado.⁴ Transferindo tal dilema memorialístico para o plano coletivo, um importante pensador repercutiu, num dos seus livros mais recentes, parte dessa grande inquietação que permeia nossa época, cada vez mais vocacionada para o esquecimento social: o que acontecerá com a memória do Holocausto e de outros eventos tristemente célebres da história do século xx quando desaparecerem todas as testemunhas? Os sobreviventes e os últimos testemunhos da tragédia logo cederão lugar apenas aos historiadores. Desaparecidas todas as testemunhas, como os sucessores poderão carregar e administrar esse fardo?⁵ Os mesmos dilemas, pitorescos em Bouvard e Pécuchet, assustadores nos bizarros suales africanos, noutros formatos e noutras proporções, parecem, afinal, cada vez mais, rejuvenescidos.

Um capítulo (visto como) positivista

A única habilidade do historiador consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e nada a acrescentar do que não contêm. O melhor dos historiadores é aquele que está mais perto dos textos, que os interpreta com mais justeza, que só escreve e mesmo pensa segundo eles.

(Fustel de Coulanges, *Histoire des institutions de l'ancienne France*)

Registros escritos e documentos relacionam-se com todas as atividades humanas, mas apenas numa delas, a História, eles aparecem como elementos centrais. O famoso breviário de Langlois e Seignobos começava com uma definição simples, concisa e direta: “Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado”, mas terminava com uma afirmação restritiva: “A História não é mais do que uma aplicação dos documentos.”⁶ A primeira supunha toda uma série de operações técnicas para os documentos escritos, tidos como únicos vestígios vivos e substantivos do passado morto. A última afirmação supunha uma não explicitada teoria do conhecimento que mantinha o sujeito cognitivo (o historiador) como neutro e ausente – quase que um mero copista idóneo ou compilador disciplinado de grandes conjuntos documentais e arquivos, praticando aquele “grandioso e épico esquecimento de si próprio”.⁷ Fosse o providencialismo – na sua moralidade cristã ou outra qualquer –, o progressismo baseado na filosofia das Luzes ou, até mesmo, o finalismo marxista, tais suposições só faziam por negar quaisquer sentidos transcendentes para pensar a História naquele ambiente filosófico fortemente naturalista e cientificista. Essa naturalização da História estava conectada a uma visão finita e acabada da ciência e do conhecimento. A propósito, ainda lemós o seguinte em Langlois e Seignobos:

A história dispõe de um estoque limitado de documentos [...]. A quantidade de documentos que existem, senão de documentos conhecidos, está dada; o tempo, a despeito de todas as precauções que são tomadas atualmente diminui, sem cessar, tal quantidade – que nunca aumentará... Os progressos da ciência histórica estão, por isto mesmo, limitados.⁸

Ingenuidade quase comovente em face do torvelinho de infinitude inerente aos assuntos humanos!

Catalisador de tudo aquilo que foi designado pelo nome de História *positivista*, *metódica*, *cientificista*, *factual* e *tradicional*, o referido breviário – além de ter exercido uma influência enorme nas concepções a respeito do documento e das tarefas a ele associadas – parece ter sido excessivamente demonizado pelos historiadores da *École des Annales* nos anos 1930, especialmente por Lucien Febvre.⁹ Contudo, uma simples – e mais paciente – releitura de Langlois e Seignobos conduz-nos a duas anotações importantes.

A primeira é que o tom predominante, apressadamente acoimado de “positivista”, não é absolutamente generalizado. Há momentos de dúvidas e de fortes oscilações que aparecem sob forma de questionamentos e formulações atenuantes: os autores parecem nutrir uma consciência difusa, primeiro, de que a História não se reduz apenas à História Política e, segundo, que o relato histórico também resulta de uma construção do historiador. Mais correto do que chamá-los, apressadamente, de “positivistas”, é vê-los como partilhando daquele fenômeno da consciência dividida, hesitante entre as concepções intuitiva ou mecanicista da vida, entre o romantismo e o naturalismo – fenômeno típico da cultura *fin-de-siècle* – e a sua obra como um esforço (fracassado) de síntese entre a visão intuitiva e a visão abstrata da vida.¹⁰

A segunda anotação tem a ver com aquele conjunto de preceptivas comumente chamado de “crítica documental”. Partindo de uma divisão – hoje equivocada – entre heurística, metódica e sistemática, certamente o breviário de Langlois e Seignobos exagerou no detalhamento das “operações críticas” – externas e internas – ao documento, submetendo-o a uma verdadeira tortura, uma espécie de interrogatório, demasiado impaciente para estabelecer a autenticidade e a verdade.

A tópica iniciava-se pela reafirmação do primado das fontes escritas: o documento, entendido na sua aceção mais literal (do latim *docere*, “aquilo que ensina, que é capaz de dar informações”), constituía um “fato linguístico”; daí a condição prévia de estudá-lo através de um método “indireto” ou “filológico”. Tratados governamentais, manuscritos, documentos autógrafos, papéis diplomáticos, tudo deveria passar pelas sucessivas grades: da crítica de autenticidade (é documento original ou cópia? É um artefato fiel?); da crítica de proveniência (quem redigiu o texto? De que maneira, ou seja, qual o formato paleográfico?); da crítica de interpretação (o que o testemunho disse ou quis dizer?); até chegar ao seu momento máximo, que era a crítica de cre-

dibilidade – que o historiador brasileiro Varnhagen, num raro vislumbre de sinceridade, chegou a compará-la a uma “paciente acareação” (a testemunha enganou-se ou quis enganar-nos? Foi obrigada a isso? Foi testemunha direta, ocular ou secundária?).

Óbvio que Langlois e Seignobos – assim como Droysen,¹¹ Bernheim¹² e outros – não eram precursores dessa busca de autenticidade e da verdade. Retomavam muito da crítica das fontes que nasceu no ambiente cartesiano da primeira metade do século xvii. Trabalhos importantes, como o de Anthony Grafton sobre a história das notas de rodapé,¹³ mostraram que a história desse curioso detalhe ao pé da página impressa começa no século xvii, quando os estudiosos de documentos passam a preocupar-se com as formas pelas quais iriam apresentar suas provas aos leitores. Foram eruditos antiquários como o beneditino francês Jean Mabillon e o jesuíta holandês Papenbroeck que, ao criarem as técnicas de crítica documental, lançaram a pedra fundamental das notas de rodapé. O texto convence, as notas provam. Seguindo esse conselho, os eruditos do século xvii colocavam todas as suas provas documentais num apêndice no qual se transcreviam, inteiramente, todos os documentos originais. Mabillon chegou mesmo a elaborar algumas regras de crítica documental, sendo que algumas delas, até hoje, são de uma comovente simplicidade: “Aquilo em que, sobretudo, devemos nos acautelar no estudo da história é em evitar todos esses vícios em que é fácil cair; em não aceitar por verdadeiro o que é falso, e em não nos deixarmos impressionar pelas afeições e achaques particulares dos autores.”¹⁴

Os intérpretes do tema insistiram que esses eruditos do século xvii, especialmente Mabillon, sempre trabalharam no âmbito da chamada “crítica externa” das fontes. Mas ao lermos com atenção algumas das “regras de crítica erudita” (Diplomática) de Mabillon, percebemos desenharem-se sutilmente o começo de uma crítica mais “interna” dos registros escritos; isso por meio da sugestão perspicaz de que nem sempre o autor coetâneo é o que oferece mais credibilidade (regras 2 e 3); ou ainda, por meio de uma ênfase posta muito mais no aspecto “qualitativo” do que “quantitativo” dos registros escritos. Mais não bastasse, o próprio fato de Mabillon preocupar-se com as *regras* e justificá-las aparece como uma espécie de eco daquela preocupação do racionalismo moderno, com Descartes, de “fazer sempre em todos os pontos menções tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir”. Aliás,

o exercício da crítica, calcada na “dúvida metódica”, é tão forte e trepidante em Mabillon, que ele não hesita em amargamente confessar no final: “Com excessiva mágoa, devo adicionar que são muitíssimo mais sólidos os autores profanos, escrevendo sobre a vida dos homens comuns, do que muitos cristãos narrando a vida dos santos.”¹⁵

Transportamo-nos, talvez em demasia, para o século xvii. Mas foi apenas para dizer algo que talvez não seja tão óbvio em tempos ditos “pós-modernos”, ou seja, que a procura da evidência e da autenticidade documental não é algo desprezível. Na época em que Langlois e Seignobos publicaram seu livro, então, nem se fala: estava em pleno curso o Caso Dreyfus, que colocou em ebulição toda a sociedade francesa. Entre os muitos aspectos envolvidos no tormentoso episódio, sem dúvida, um dos mais importantes envolvia, nada mais e nada menos, do que a questão da autenticidade e da veracidade de documentos e testemunhos. Aliás, parece uma coincidência, mas no mesmo ano em que os dois autores lançaram o seu *Introduction*, Émile Zola escreveu sua famosa *Lettre au président de la République* (13/01/1898), na qual questionava o Estado-Maior, o ministro da Guerra e até os calígrafos e os especialistas em documentos – enfim, todos aqueles que haviam contribuído para a absolvição de Esterhazy e a condenação de Dreyfus. Após esse dia, deflagrado pela notável *Carta* de Zola, o campo político e intelectual francês se polariza. Muitos aspectos estiveram envolvidos no caso, mas, sem dúvida, um dos mais importantes foi o da questão da autenticidade e falsidade de documentos e testemunhos. Ainda nesse sentido, é sintomático que Zola praticamente conclua seu texto com uma afirmação que reitera a universalidade daquela busca febril da humanidade: “A verdade está a caminho e nada irá detê-la.” Para além de sua obra como escritor – preso, exilado e morto quatro anos depois, em circunstâncias ainda hoje não muito bem esclarecidas –, Émile Zola parece ter sido, na frase definitiva de Anatole France, ao fazer o necrológio, “um intenso momento da consciência humana”.¹⁶

De qualquer forma, estigmatizando tais excessos no clássico manual de Langlois e Seignobos, buscar a autenticidade dos documentos ou testemunhos, em si próprios, não é algo que possamos facilmente desprezar. Pecava o famoso brevíário menos por seus excessos na busca da autenticidade do que por desconectar o documento – e as operações a ele inerentes – do processo inteiro de pesquisa do historiador. Foi mais ou menos isso que os críticos posteriores, das mais diversas tendências, tentaram estabelecer.

Inovações modernas

O passado é, por definição, um dado que nada pode modificar. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa.

(Marc Bloch, *Apologie pour l'Histoire*)

A mais conhecida, e mais famosa, dessas críticas partiu dos iniciadores da chamada *École des Annales*, nos anos 1930. A coisa toda começou com a fundação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, por Marc Bloch e Lucien Febvre, em Estrasburgo, em 1929. Hoje sabemos que as diferenças entre os dois eram muito acentuadas; o que os unia era “baterem-se contra a História de eventos” (factual), contra a História historicizante, que cultivava um “fetichismo dos fatos”, chegando no máximo a uma reconstrução genética ou puramente narrativa da história. Febvre e Bloch pretendiam romper com o ranço positivista de conceitos como os de racionalidade, progresso e ordem, que ainda perduravam na historiografia vigente na época. Propunham – em inúmeros artigos-programas na revista *Annales* – uma *História-problema*, que se resumia no uso de hipóteses explícitas pelo historiador, hipóteses que serviriam de fio condutor para a pesquisa, articulando seus passos analíticos. Bem dentro do espírito dos anos 1930, propunham ainda uma “abertura” do historiador às práticas das outras ciências sociais e, o que era mais óbvio, uma alteração de ênfase temática, explícita no próprio título da revista, *Annales de História Econômica e Social*.¹⁷

Nesse quadro, o mais contundente anátoma àquela concepção de documento, sintetizada a duas mãos por Langlois e Seignobos, viria de Lucien Febvre, no ano de 1934, que, numa passagem famosa, escreveu:

“A História faz-se com textos”, dizia a fórmula célebre. Os textos, sem dúvida, mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio. [...] Mas, também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência. [...] Mas pelos textos se atingiam os fatos? Ora, todos o diziam: a História era estabelecer os fatos, depois tratá-los. [Mas] onde é que se ia buscar o fato em si, esse átomo pretendido pela História?¹⁸

Febvre acabava com a ilusão da existência do documento isolado, bruto, quase imponderável, relacionando-o à participação ativa, rigorosa e seletiva do historiador, constitutiva do próprio processo de conhecimento do passado:

Escolher? Com que direito? Em nome de que princípio? Mas toda História é escolha. É-o, até devido ao acaso que aqui destrui e ali salvou os vestígios do passado. É-o devido ao homem: quando os documentos abundam, ele resume, simplifica, põe em destaque isto, apaga aquilo. É-o, sobretudo, porque o historiador cria os seus materiais, ou, se se quiser, recria-os: o historiador que não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar.¹⁹

Febvre – e muitos daqueles que, posteriormente, o seguiriam – acentuava a contingência do documento – ele não era mais apenas um *resto*, mas um *produto* do passado. Nesse aspecto, Bloch foi muito mais explícito e contundente do que Febvre. Escrevendo um pouco mais tarde, na opressiva situação de prisioneiro num campo de concentração, Bloch deixaria, no seu *Apologia da História*, talvez, até hoje, um dos capítulos mais lúcidos a respeito dos documentos e do trabalho do historiador.²⁰ Capítulo crivado de exemplos notáveis a respeito dos limites estreitos da crítica positivista ou metódica, sendo o mais curioso deles o da frase de um humorista na época da guerra: “[...] prevalecia nas trincheiras a opinião de que tudo podia ser verdade à exceção do que se deixava imprimir. Ninguém acreditava nos jornais e tampouco nas cartas, já que estas eram constantemente vigiadas.”²¹ Isso parecia apenas um eco irônico da estreita restrição que a tribo dos historiadores impusera ao documento escrito e aos seus fetiches.

Bloch não apenas ampliava a restrita noção de documento como lhe fornecia um novo quadro de reflexões: o documento seria não apenas um resto, um vestígio do passado, mas um produto do passado, ou seja, produzido por relações de força assimétricas, desiguais sempre, de um passado agônico, irregular e contingente. Bruto, isolado, dificilmente o documento escaparia à síndrome da Biblioteca de Babel: para uma linha razoável ou afirmação direta, aparecem léguas de cacofonias insensatas, confusões verbais e incoerências. Compulsoriamente envolvidos com os vivos – e não com os mortos –, os documentos não são meras relíquias, mas registros espúrios, contingentes,

equivocos, aguardando o acalanto da decifração, o fervor da leitura e a aventura da interpretação. Todo documento contém, em si mesmo, um componente de distorção da realidade, mas, como dizia o percuciente Marc Bloch, “a intencionalidade do erro pode ser uma impressionante fonte de verdade para o historiador”. O exemplo parece trivial, mas ao nos depararmos com uma simples carta de Getúlio Vargas a João Neves, que se declara, em confissão de humildade desiludida, “um campônio, avesso aos atricos da vida pública”, fica difícil não pensar na paradoxal colocação do mesmo Marc Bloch: “Por que mente o que mente?”. Esse era um desafio que ia além da mera decifração das realidades psíquicas provenientes do testemunho, pois se relacionava com substantivas e radicais alterações na própria historiografia.

Posteriormente, outros analistas, como Michel de Certeau, Georges Duby e Jacques Le Goff²² ampliaram, de forma perspicaz, a própria noção de fonte histórica. O foco da crítica documental via-se completamente alterado. A costumeira distinção entre *fontes primárias* (ou “de primeira mão”), e *fontes secundárias* (indiretas ou de “segunda mão”) tornou-se inócua, pois dependendo do ponto de vista do observador, o que valeria mais: sua procedência, seu conteúdo ou o grau de relação com o tema investigado? Em relação à quantidade de informações documentais, a própria prática dos historiadores inverteu o antigo desprezo positivista em relação aos papéis notariais, arquivos judiciais ou registros contábeis de empresas: a distinção – se é que, nesse novo cenário, ela era cabível – deveria ser entre documentos *seriáveis* e *não seriáveis*, incluindo ainda uma terceira categoria de documentos – aqueles que seriam “passíveis de seriação”.

Já em relação à intencionalidade, a simples distinção entre fontes *voluntárias* (testemunhais) e *involuntárias* (não-testemunhais) deslocou o olhar dos historiadores para os mecanismos de produção do documento: cenotáfios, “lugares de memória” e monumentos de um lado; de outro, cardápios, relações de convidados ou testamentos. Inspirando-se em Paul Zumthor, Le Goff dizia que o que transforma, afinal, o documento em monumento é a sua utilização pelo poder. E para derrubar de vez as restrições tradicionais que pesavam sobre o documento, completava:

Não existe um documento objetivo, inócua, primário. [...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado;

é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.²³

De qualquer forma, a antiga preceptiva desaparecera e, em lugar dela, começava a se articular o que muitos passaram a chamar, não mais pelo rebarbativo nome de “crítica das fontes”, mas pelo epíteto mais sofisticado de “análise documental”.

Essa deveria responder não mais aos desafios contidos na pergunta “O que é a História?”, mas aos dilemas colocados pela pergunta “Para quem é a História?”. Qualquer análise documental não poderia ignorar o fato de que a História se tornara um discurso em litígio, um campo de batalha onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado, geralmente para agradarem a si próprios. Todo consenso, ainda que temporário, só seria alcançado quando as vozes dominantes conseguiram silenciar outras, seja pelo exercício explícito de poder, seja pelo ato velado de inclusão ou anexação. Neste último sentido, a tópica vê-se completamente revirada: por quem fala tal documento? De que história particular participou? Quais ações, pensamentos, diretivas ou estratégias estariam contidos no seu significado? O que o fez perder como sedimento da memória coletiva? Em que consiste o seu ato de poder?

Nesse cenário ominoso, apressadamente descrito como pós-moderno, o relativismo histórico aparece como a outra face de um certo desprezo pela busca da verdade, pois o corte repentino e sem remissão entre o passado e o futuro apenas agravou a crise de autenticidade em sociedades baseadas no alargamento da privacidade, na erosão das identidades sociais e no incentivo ao esquecimento coletivo.²⁴ Nesse ambiente de descrédito da verdade, as operações preliminares (aquela tópica que, em certos momentos, lembrava uma acareação), pelo crivo das quais o historiador deveria passar os documentos, não desapareceram de todo, mas tornaram-se bastante secundárias ou subordinadas às noções: a) de formidável heterogeneidade dos registros, os quais, ao invés de fontes de informação do passado, passaram a ser documentos de uma cultura; e b) de um amplitude da própria noção de documento – como são as interrogações da pesquisa que definem as fontes, é impossível decidir *a priori* onde começa e onde termina o documento.

Desventuras da evidência

O historicamente real, o passado real, é aquilo a que só posso reportar-me através de um artefato que é, por natureza, textual.
(Hayden White, *The content of the form*)

A história, afinal, é como uma ninfa que vislumbremos banhando-se entre as folhas: quanto mais mudamos de perspectiva mais é revelado. Se queremos ver seu todo, temos de nos mover e escorregar entre vários pontos de vista diferentes.
(Felipe Fernández-Armesto, *Truth: a history*)

No reino de Tlön, a paternidade e os espelhos são tidos como coisas abomináveis, pois multiplicam infinitamente o mundo e os homens; os metafísicos e os heresiarcas do indocumentado reino não procuram a verdade nem sequer a verossimilhança: procuram apenas o assombro. Tal reino não existe – ou, pelo menos, Jorge Luis Borges não o encontrou, a não ser dentro de sua invenção ficcional²⁵ –, mas, pensando nas atuais concepções que os historiadores possuem sobre os documentos, estes últimos bem que poderiam ser os habitantes de tal reino.

O primeiro assombro veio da percepção de uma ruptura entre a palavra e o mundo, da constatação geral de que a linguagem havia se transformado no eixo central de reflexão para toda e qualquer prática cognitiva – e o historiador e a sua concepção de fontes não escaparam a isso. As críticas estruturalistas e pós-estruturalistas se encarregaram de carimbar os passaportes dos historiadores para o reino de Tlön: o documento é antes de tudo, dizia-se, um sistema de representações. Era inútil vê-lo com expressão substantiva de um referente (o “evento” ou o “contexto” a que o historiador se refere) externo a ele, impossível de ser legitimado pela prática cognitiva do historiador.²⁶ O famoso e trivial conselho – às vezes, dito de forma magistral – expresso na fala comum que dizia “é preciso inserir o documento no contexto” tornou-se suscetível de irrisão. O próprio contexto também passou a ser denunciado como Contexto – ou seja, como sutil sobrevivência da metafísica tradicional e da preceptiva vigente na época de Langlois e Seignobos. A relação entre o documento e o contexto – escreveu um dos seus mais ardorosos críticos²⁷ – “tornou-se um problema de leitura intertextual, a que não se pode remeter com base em meras simplificações reducionistas que convertem o contexto em um estrutura

plenamente unificada e dominante, saturando o documento com um certo significado”. Nesse caso, o historiador sente-se como aquele anfíbio que, no limiar de uma revolução, persiste, incólume, na sua senda reacionária; porque, seguindo a tópica tradicional de leitura dos documentos, ele não passaria de um copista a amealhar espelhos vicários do passado – destino final daquela dupla de idiotas criada por Flaubert.

Mas se a linguagem era autorreferente, o documento também detinha no seu âmago uma manifestação essencialmente humana, suscetível de ser *compreendida* embora não exatamente *explicada*. Para realizar tal tarefa, a velha disciplina Hermenêutica foi, então, recuperada. Ancorada na díspar e obscura tradição filosófica de Herder, Dilthey e Heidegger, atualizada e corrigida pelas importantes reflexões de Gadamer, Kosseleck e Ricoeur, a Hermenêutica se propôs a reconstituir a teleologia dos atores sociais a partir de suas expressões discursivas ou simbólicas, colocando, assim, a linguagem no centro das preocupações do historiador. A linguagem, essa testemunha ancestral da própria história, já que é através dela que se produz a compreensão do homem para o homem, a significação da obra para os intérpretes, a iluminação do passado para os presentes sucessivos. “O aproximar-se do mundo pela linguagem não é típico das humanidades, mas da situação humana em geral”, escreveu Gadamer e, com uma pontinha daquela angústia do perecível estilo Bouvard e Pécuchet, completava: “As palavras vivem da morte dos homens, mas também possibilitam a vida pela fusão de horizontes presentes e passados.”²⁸

O segundo espanto nasceu da percepção, pelo historiador, de quanto as concepções anteriores de documento haviam exorcizado em demasia a contingência e o imprevisível dos eventos humanos. Desses dois espantos, um único consolo: os historiadores não estavam sozinhos e não eram os únicos habilitados a residirem em Tlön. Inumeráveis cientistas começaram a discorrer sobre Teoria do Caos, Fractais e referir-se reiteradamente, nas explicações científicas – do *Big Bang* à extinção dos dinossauros –, a uma “dependência sensível das condições iniciais”. Climas, organismos ou abalos sísmicos – sistemas com muitas variáveis só podem ser explicados pela reconstituição de suas histórias. Alguns historiadores chegaram mesmo a perceber que, no limiar de uma nova tomada de consciência do caos e da complexidade do mundo, as novas práticas cognitivas de áreas como a Geologia, a Paleontologia, a Biologia evolucionista e a Astronomia eram muitíssimo parecidas com as práticas historiográficas mais recentes.²⁹

Nada expressou de forma mais cabal a contingência dos vestígios materiais e imateriais do passado do que este artefato, hoje visto como peça de museu, chamado máquina de escrever. Isto é, não a máquina propriamente dita, mas o seu teclado ou seu sistema de teclas. O teclado da máquina de escrever, chamado de sistema QWERTY – que levou esse nome por causa das seis primeiras letras da fileira superior –, surgiu no ano 1866, inicialmente criado por C. L. Sholes com o objetivo de reduzir a velocidade máxima da datilografia e impedir o travamento dos tipos. Ele não era o melhor sistema: letras de uso comum, como a letra E, exigem que o dedo alcance a fileira superior; o mesmo acontecendo com as vogais de uso mais comum, como U, I e O (sendo que o O é batido com o fraco quarto dedo). No teclado QWERTY, todas as teclas mais comuns ou não estão na segunda fileira, mais confortável para as mãos, ou então são batidas por dedos fracos.

Assim, o QWERTY não era o melhor sistema de teclado. Mas por que ele conseguiu sobreviver a teclados concorrentes, visivelmente superiores, como o DSK (Teclado Simplificado de Dvorak) e outros sistemas? Porque ele sobreviveu, por uma série de acasos, de uma longa cadeia de antecedentes imprevisíveis. Uma senhora criou um método de oito dedos para uma datilografia eficiente e, superando os idiossincráticos “cata-milhos”, divulgou-o num manual do tipo “faça-você-mesmo”, adotado mundialmente por uma grande empresa, que se desdobrou em inúmeras escolas de datilografia. Vieram depois o rolo cilíndrico moderno, as teclas frontais e a “esfera elétrica”, mas o QWERTY sobreviveu. Hoje nem mais existe o problema da velocidade ou do travamento dos tipos, pois operamos com sinais luminosos virtuais ao digitarmos na tela do computador. O teclado tornou-se uma excessência. Não seria mais racional e eficiente que alterássemos tudo? Provavelmente. Mas quem colocará o carretel no rabo do gato? Quem dará o pontapé inicial? É mais fácil adaptar a máquina aos hábitos humanos do que alterá-los.

Tal exemplo, que possui toda uma história intrincada e pouco conhecida,³⁰ mostra o quanto as tecnologias evoluem menos em razão de escolhas racionais, feitas com base em informações precisas, do que devido a fortuitos incidentes históricos – quase sempre ocorridos no próprio momento no qual surgem tais inovações. Da mesma maneira que esse artefato chamado máquina de escrever, o documento, escrito ou não escrito, é um pequenino ponto de toda uma série de estruturas humanas desaparecidas, mas que, por capricho,

fruição, contingência – e até, mesmo, algumas excentricidades –, acabaram por sobrar e subsistir no presente. Nesse caso, como estudá-lo, decifrá-lo ou utilizá-lo para nossos próprios propósitos de compreensão do tempo presente. Paradigmas indiciários, abduativos e “descrições densas” já foram sugeridos, entre as inúmeras possibilidades para o tratamento documental.

De qualquer forma, o documento hoje parece estar sendo cada vez mais submetido a essa operação de estranhamento e desfamiliarização, como um meio para superar as aparências e alcançar uma compreensão mais profunda da realidade.³¹ Nós mesmos, como historiadores, estudando a representação humorística da história brasileira,³² dificilmente conseguimos escapar a essa primeira percepção de que quanto mais familiar e trivial forem os registros, mas estranheza e desconforto eles nos causariam numa segunda percepção.

A antiga preceptiva, que ainda chegava a distinguir fontes narrativas de fontes não narrativas, foi inteiramente diluída pela afirmação de que, a rigor, todas as fontes, consideradas ou não em seu nível linguístico, seriam fontes narrativas. Alguns historiadores mais afoitos, ávidos por retomar as “regras” de uma disciplina cuja linguagem e identidade estavam à deriva, partiram para transformar tudo em texto e encontrar no passado “estruturas de significado”, “gabaritos simbólicos”, “sistemas simbólicos” e outras variações. Comportamento não escrito de resistência à mudança? Discurso político? Festas e folguedos comunitários? Crenças, tradições orais ou rituais? Tudo poderia ser visto pela grade da textualização, tudo poderia ser tratado como texto, ou seja, como um conjunto potencialmente significativo.

Assim, relembrando o dilema dos suales africanos, os historiadores, em face dos documentos, doravante atirados numa espécie de buraco negro, assistiam ao progressivo deslizamento do registro escrito, que saía do âmbito da História para integrar o universo difuso e obtuso da memória coletiva. Foi talvez parte desse dilema que Enzensberger, ao iniciar sua reconstrução da vida de um anarquista espanhol, captou, de forma contundente, ao confessar:

Talvez fosse melhor fazer-se de desentendidos e afirmar que cada linha deste livro é um documento. Mas esta seria uma afirmação vazia. Basta um pouco de atenção para ver que a autoridade emprestada pelo “documento” se dissolve em nossas próprias mãos. Quem fala? Com que fim? Com que interesse? O que esconde? Do que quer nos convencer? Até que ponto conhece realmente a verdade? Quantos anos se passaram entre o momento

narrado e o momento da narrativa? O narrador esqueceu algo? E como sabe o que diz? Quais suas fontes de informação? Conta aquilo que viu ou que acredita ter visto? Ou se atém ao que lhe foi dito por um outro? Estas perguntas nos levariam longe demais, pois para respondê-las teríamos que fazer centenas de outras a cada testemunha que consultássemos. Cada passo neste exame nos distanciaria ainda mais da reconstrução e nos aproximaria da destruição da história. No fim, teríamos liquidado aquilo que nos esforçamos por encontrar.³³

E, solapando de vez toda e qualquer preceptiva de tratamento documental, vaticinava:

O problema das fontes é uma questão de princípios, e a diferença entre elas não pode ser resolvida por uma investigação crítica. Mesmo a "mentira" contém um momento de verdade, e a verdade dos fatos indubitáveis, supondo que exista, não afirma nada além. A opalescência da tradição oral, seu matiz coletivo, provém do próprio movimento dialético da História. Ela é a expressão estética de seus antagonismos.³⁴

Teríamos, assim, transformado a típica documental apenas numa "nova religião de mistérios sem um evangelho"? Sem *regras estáveis*, os historiadores estariam adotando em relação aos documentos, aquela deliciosa definição de Marcel Granet – "o método é o caminho... depois de percorrido"?³⁵ A historiografia tem uma resposta, e os próprios ensaios aqui apresentados certamente sugerem caminhos. Essas poucas linhas sobre as sucessivas guinadas de significado do documento para nossa cultura, ainda nos advertem que, se a própria distinção entre verdadeiro e falso for abandonada como uma curiosidade insignificante do passado, estaremos, certamente, diante de um perigo mais sutil e mais corrosivo, pois – no plano mais simples da vida – os mentirosos não terão nada a provar e os defensores da verdade não terão sequer uma causa para questioná-los. Afinal, como Roger Scruton anotou, de forma paradoxal: "O homem que lhe diz que a verdade não existe está lhe pedindo que não acredite nele. Logo, não acredite."³⁶

Seja como for, o processo ao documento continua. Às vezes, o exagero é tamanho que, por excessos, acabamos por diluir a própria identidade do documento, quando não de nós mesmos. "Matamos para dissecar" – já vati-

cinava um poeta chamado William Wordsworth. Mas ninguém mais duvida que vestígios e traços do passado, quaisquer que sejam eles, continuam a nos atrair. Quando menos pela aura de infinito sublime que nos vem de papéis amarelados, adereços e livros antigos, espargindo aqueles raríssimos vislumbres de eternidade. "Fadiga de museu" é doença leve, mas, esperamos, ainda não se tornou contagiosa. Documentos, alfarrábios e relíquias compõem santuários de diversos passados, fugas do presente, preservação da saúde e da esperança, teatro de memórias, dramatização de passados pessoais e coletivos e resgates do luto e da lembrança após a morte.³⁷

A busca da verdade e da autenticidade pelos traços que subsistiram do passado deve continuar, porque faz parte de nós e de nossa cultura, mas – como na lição de Bouvard e Pécuchet – ela será sempre uma irremediável e errática experiência de finitude e de transitoriedade. Como a vida. Como a história. Como os livros de História – aqueles que guardamos como relíquias. Porque, afinal, despojados de tais relíquias, o que nos resta? É o velho Sartre quem nos diz: "Todo um homem, feito de todos os homens, que os vale todos e a quem vale não importa quem."³⁸

[Uma versão anterior desse texto foi publicada com outro título no Catálogo da Exposição *A escrita da memória*, organizado por Leandro Karnal e José Alves de Freitas para o Instituto Cultural Banco Santos em 2004].

Notas

- 1 G. Flaubert, *Bouvard et Pécuchet*, Paris, Éditions URF, 10/18, 1974, pp. 97-9.
- 2 Langlois e Seignobos, *Introduction aux études historiques*, 7. ed., Paris, Kimé, 1992.
- 3 Entre inúmeros, numa listagem que vai de Sainte-Beuve a Sartre, o mais explícito, nesse sentido, foi Jorge Luis Borges, no seu inspiradíssimo "Vindicação de Bouvard et Pécuchet", em *Obras completas*, v. 1, Eliana Sá e Jorge Schwartz (coord.), São Paulo, Globo, 2000, pp. 279-83.
- 4 Sugerido, entre inúmeros outros exemplos importantes, por David Lowenthal, em *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 23-38; e ainda, no mais recente *The Heritage Crusade and the Spoils of History*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- 5 Cf. Paul Ricœur, *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, Paris, Éditions du Seuil, 2000.
- 6 Langlois e Seignobos, op. cit., p. 15 e 279.
- 7 A expressão entre aspas foi utilizada por Gadamer, noutro contexto, a propósito de Ranke. Em Hans-Georg Gadamer, *O problema da consciência histórica*, trad. Paulo César Duque Estrada, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1998, p. 30.
- 8 Idem, p. 114.

⁹ São dezenas de referências, mas uma síntese final desse sutil processo de quase demonização pode ser encontrada no verbete "Histoire positiviste" no "dicionário" da *Nouvelle Histoire* (Paris, CNFL, 1978, pp. 460-2). Tal verbete foi especialmente escrito por Roger Chartier, que aponta explicitamente para a história positivista "o seu manual (Langlois e Seignobos)", a "sua grande obra" (*A História da França*, de Ernest Lavisse) e "o seu balanço" (*A história francesa desde 100 anos*, de Louis Halphen).

¹⁰ Cf. Frank Kermode, *The Sense of an Ending*, London, Kegan Paul, 1966; William R. Everdell, *The First Moderns; Profiles in the Origins of Twentieth-century Thought*, Chicago, Chicago University Press, 1998; Stephen Kern, *The Culture of Time and Space, 1880-1918*, 6. ed., Cambridge, Harvard U. Press, 2001; Enrico Castelli Gattinara, *Les Iniquités de la raison: épistémologie et Histoire en France dans l'entre-deux-guerres*, Paris, Vrin-BHESS, 1998. Para uma síntese das perspectivas utópicas inerentes às concepções românticas, Elias T. Saliba, 2. ed. revista, *As utopias românticas*, São Paulo, Estação Liberdade, 2003.

¹¹ Bem antes de Langlois e Seignobos, outro manual que marcou os estudos históricos na chamada Escola Alemã, foi o *Grundriss der Historik*, de Johann Gustav Droysen, publicado pela primeira vez em 1858. Sua recente tradução para o português, 150 anos depois de sua publicação talvez o retire do esquecimento. J. G. Droysen *Manual de Teoria da História*, trad. Sara Baldus e Julio Bentivoglio, Petrópolis, Vozes, 2009.

¹² O *Lehrbuch*, de Bernheim, editado pela primeira vez em 1899, foi quase que o equivalente, em língua alemã, da *Introduction* de Langlois e Seignobos. E. Bernheim, *Introducción a los estudios históricos*, trad. E. Palacios, Barcelona, Paidós, 1959.

¹³ *Notes en bas de page*, Paris, Éditions du Seuil, 1997. O referido livro foi traduzido no Brasil com o equivocado título de *As origens trágicas da erudição*. É certo que Pierre Chaunu, sob forma de uma entrevista exagerada e histeriônica, sugeriu quase o mesmo: "Cette petite revue (Annales) a été une chose importante, un point de cristallisation. Toutefois, n'en faisons pas une mythologie. Ils n'ont pas inventé ni la machine à vapeur, ni la méthode historique. L'érudition historique, voilà une mutation, et l'on a bien fait de donner une station de métro à Mabillon. Quant à Laurent Valla, il est plus essentiel que Lucien Febvre. Le point de départ de la méthode historique, c'est la réfutation de la fausse donation de Constantin". (*L'instant celtique: entretiens*, por François Dosse, Paris, La Découverte, 1994.)

¹⁴ Ao discutir as concepções cartesianas de tempo no ambiente barroco, analisamos as "regras" de Mabillon num artigo dos anos 1980: Elias T. Saliba, "Temporalidade e História em Descartes", em *Ciência e cultura*, 40 (11), São Paulo, SBPC, novembro de 1988, pp. 1080-2.

¹⁵ Idem, p. 1083.

¹⁶ Sobre o Caso Dreyfus em geral e, em especial, sobre Zola e sua misteriosa morte, ver Géraldi Leroy (org.), *Les Écrivains et l'Affaire Dreyfus*, Paris, pur, 1983; Christophe Charle, *Naissance des Intellectuels, 1880-1890*, Paris, Éditions de Minuit, 1990; Michel Drouin (org.), *L'Affaire Dreyfus, de A à Z*, Paris, Flammarion, 1994; Michel Winock, *Le Siècle des intellectuels*, Paris, Éditions du Seuil, 1999.

¹⁷ Cf. Saliba, "Mentalidades ou história sócio-cultural: a busca de um eixo teórico para o conhecimento histórico", em *Margem – Revista da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP*, n. 1, São Paulo, Educ, 1992, pp. 29-36; e entre inumeráveis autores, uma boa síntese está em Georg G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century; From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*, Hanover, Wesleyan University Press, 1997.

¹⁸ *Combates pela História*, trad. Leonor M Simões, Lisboa, Presença, 1977, v. I, pp. 20-21. Noutra compilação de seus artigos, Febvre apesar de menos fervoroso, repete a mesma argumentação, cf. *Pour une Histoire à part entière*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1962.

¹⁹ Idem, p. 31.

²⁰ Trata-se do capítulo "La Critique" do inigualável *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'historien*, 7. ed., Paris, Armand Colin, 1984.

²¹ Idem, p. 91.

²² Michel De Certeau, "A operação historiográfica", em *A escrita da história*, trad. Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1982; Georges Duby, *A história continua*, trad. Clóvis Marques, Rio de Janeiro, Zahar/UFRRJ, 1993; Jacques Le Goff, "Documento/monumento", em *História e memória*, trad. Bernardo Leitão, Campinas, Ed. Unicamp, 1990.

²³ Le Goff, "Documento/monumento", op. cit., p. 545.

²⁴ Num âmbito mais vasto, tratamos deste tema em "Historiografia e novas tendências da História", em *Revista Catarinense de História*, n. 4, Florianópolis, Edit. Insular/UFSC, 1997, pp. 21-34.

²⁵ "Tlön, Uqbar, Orbis Tertius" em *Obras completas*, v. 1, pp. 475-89.

²⁶ As referências – hoje clássicas – sobre esse tema são os ensaios de Roland Barthes, escritos no final dos anos 1960, "O discurso da História" e "O efeito de real", em *O rumor da língua*, Trad. Mário Laranjeira, São Paulo, Brasiliense, 1988; os desdobramentos mais recentes são mais extensamente discutidos em Keith Jenkins, *Why History? Ethics and Postmodernity*, New York, Routledge Press, 2000; F. R. Ankersmit, *History and Tropology; The Rise and Fall of Metaphor*, Berkeley, University of California Press, 1999; Anthony Grafton, *Bring out your Dead: the Past as a Revelation*, Cambridge, Harvard U. Press, 2001.

²⁷ Dominick La Capra, *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*, Ithaca, Cornell University Press, 1983, p. 117.

²⁸ *Truth and Method*, New York, Crossroad Press, 3. ed., 1984, pp. 29-32.

²⁹ Cf. S. J. Gould, *Hedgehog, the Fox, and the Magister's fox: Mending the Gap Between Science and the Humanities*, New York, Crown Publishers, 2003; Mark Buchanan, *Ubiquity: The Science of History; or, Why the World is Simpler Than We Think*, London, Weidenfeld & Nicolson Press, 2000; J. L. Gaddis, *The Landscape of History*, Oxford, Oxford U. Press, 2002. Para um exemplo concreto das similitudes entre as dificuldades do historiador e os dilemas de astrônomos, climatologistas, geólogos e paleontólogos, ver a explanação notável e polêmica de Jared Diamond, *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*, trad. Silvia de Souza Costa, Cynthia Cortes e Paulo Soares, Rio de Janeiro, Record, 2003. Para uma discussão da tendência à indeterminação das ciências naturais e a História, ver E. T. Saliba, "Mais versões do nariz de Cleópatra", *O Estado de S. Paulo*, Suplemento Cultura, 21 jan. 2007, p. G-5.

³⁰ Toda essa intrincada história dos sistemas das máquinas de escrever está em Paul David, "Understanding the Economics of qwerty: The Necessity of History", em W. N. Parker (org.), *Economic History and the Modern Economist*, New York, Basil Blackwell, 1986, pp. 29-51; e, do mesmo autor, "Clio and the Economics of qwerty", em *American Historical Review*, maio de 1975, n. 75, pp. 332-7. Para uma versão mais divertida e bem-humorada, ver "O polegar do panda da tecnologia", de Stephen Jay Gould, em *Viva o Brontossauuro: reflexões sobre a História Natural*, trad. Carlos Afonso Malferrari, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

³¹ Carlo Ginzburg, *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*, trad. Eduardo Brandão, São Paulo, Companhia das Letras, 2001. Ginzburg discute as implicações cognitivas do *estranhamento* (procedimento mais conhecido na literatura como *desfamiliarização*) como um meio para superar as aparências e alcançar uma compreensão mais profunda da realidade histórica. Embora ele manifeste relutância em transferi-la para o historiador, talvez seja necessário fazê-lo. Nesse caso, cabe ao historiador inverter completamente o famoso dito de Ranke: não conhecer a história tal como efetivamente ocorreu, mas expô-la, a partir do presente, de uma maneira diferente do sabido

e do conhecido. Noutro ensaio (*O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007), Ginzburg explora de maneira mais detalhada este olhar heurístico, analisando o estranhamento – como procedimento narrativo – foi utilizado conforme a teia de significados culturais tecidos em diferentes épocas. Como na fábula de Voltaire, o “Diálogo entre um capão e uma franga”, onde um costume trivial (comer aves) que a maioria de nós acha natural é, de repente, desnaturalizado: o distanciamento intelectual cria no leitor uma repentina identificação entre a fábula e a possibilidade, quase absurda, de se ampliar os limites da tolerância até incluir os animais. E a franga diz ao capão: “por que o desejo de comer petiscos refinados pode justificar uma mutilação tão feroz?”. No rastro dos formalistas russos, sendo o primeiro de todos Chklovskii, aprendemos a procurar o estranhamento no olhar do selvagem, da criança, ou até mesmo do animais estranhos às convenções do viver civilizado, que registram com olhar perplexo ou indiferente denunciando, assim, indiretamente, a insensatez das coisas. Para Ginzburg, Voltaire serviu-se do procedimento literário para exprimir a irrelevância das diferenças religiosas.

³² *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 17.

³³ *O curto verão da anarquia: Buenaaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola*, trad. Márcio Suzuki, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 17.

³⁴ *Idem*, p. 18.

³⁵ A frase original do sinólogo francês Marcel Granet é “la méthode c’est la route après qu’on a parcourue”. Citada em *L’Histoire et le métier d’historien en France, 1945-1995*, organizado por Françoise Bédarida, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1995.

³⁶ Citado em Felipe Fernández-Armesto, *Truth: a History*, London, Transworld Publishers, 1998, p. 10.

³⁷ Philipp Blom, *To Have and to Hold: An Intimate History of Collectors and Collecting*, New York, A Lane Press, 2002.

³⁸ *Les Mots*, Paris, Gallimard, 1964, p. 214.